

RECURSO ESPECIAL Nº 1.807.163 - SP (2019/0104543-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : CST COMPANHIA DE SINTETICOS E TERMOPLASTICOS
RECORRENTE : SP 03 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOSÉ FREDERICO CIMINO MANSSUR - SP194746
JULIANA FLECK VISNARDI - SP284026
FERNANDA DE MORAES GONÇALVES - SP391563
RECORRIDO : JOAO BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADOS : MARCÍLIO JOSÉ VILLELA PIRES BUENO - SP154439
ALEXANDRE CORTEZ PAZELO E OUTRO(S) - SP211159
INTERES. : JULINEUZA DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO : MARCÍLIO JOSÉ VILLELA PIRES BUENO E OUTRO(S) -
SP154439

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por CST COMPANHIA DE SINTÉTICOS E TERMOPLÁSTICOS e OUTRO, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de CST COMPANHIA DE SINTÉTICOS E TERMOPLÁSTICOS e OUTRO, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao Dr. José Frederico Cimino Manssur, subscritor do recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, tendo em vista que a procuração juntada à petição de fls. 395/429, não foi suficiente para completar a cadeia de representação outorgando poderes ao subscritor do

recurso especial.

Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

